

Uma Missão urbana a serviço da vida

**PASTORAL
DO POVO DA RUA
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES**





Missão

***Ser presença junto à população em situação de rua e dos lixões,
reconhecer e celebrar os sinais de Deus presentes na sua
história e desenvolver ações que transformem a situação de
exclusão em projetos de vida para todos.***



FICHA TÉCNICA

Título

Pastoral do Povo da Rua, Princípios e Diretrizes
Uma Missão urbana a serviço da vida

Coordenação

M. Cristina Bove
Gladston de Andrade Figueiredo

Equipe de Reflexão

Claudenice Rodrigues Lopes
Cleudete dos Santos
Eduardo Mota
Fernanda de Souza
Gustavo José Cruz Auler
Ivone Maria Perasa
Luciana Valença
Luiz Vieira
Maria Valdicélia Cavalcante
Maria Vany Oliveira
Mirin Borges
Regina Maria Manoel
Silvânia Aparecida Coelho
Tânia Maria da Costa Nascimento

Assessorias

Francisco de Aquino Junior
Frederico Santana Rick
Maria Antonieta Vieira
Paulo Ueti

Bispo Referência

Dom José Luiz Ferreira Salles

Agradecimento a todos os que contribuíram neste processo de reflexão em especial a Francisco de Aquino Junior.

ÍNDICE

3 APRESENTAÇÃO

5 INTRODUÇÃO

8 PRINCÍPIOS PASTORAIS

9 1. Centralidade do reinado de Deus

12 2. Humanização da vida e das relações

14 3. Protagonismo do povo da rua e dos catadores de material reciclável

15 4. Participar da construção de projeto de sociedade: Mobilização e organização social

17 5. Ecumenismo e diálogo inter-religioso

20 6. Construção de uma nova sociedade – civilização do bem viver e bem conviver

22 DIRETRIZES PASTORAIS

23 1. Criar comunidades de fé e vida entre os catadores e a população em situação de rua

26 2. Fortalecer a organização e participação dos catadores e da população em situação de rua em vista à transformação social

30 3. Contribuir para elaboração e implementação de políticas públicas e exercer o controle social

32 4. Articular e sensibilizar a sociedade e a Igreja para a garantia dos direitos do povo da rua

35 5. Fortalecer a organicidade, identidade e a comunicação social da pastoral

APRESENTAÇÃO

A Pastoral do Povo da Rua é uma pastoral urbana a serviço da vida, especificamente das pessoas mais sofridas que moram, em geral, nos centros das cidades.

Sua ação se estende por várias cidades do Brasil e sua sede está em Belo Horizonte, Minas Gerais. Participa da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB desde o ano 2001. A Pastoral não nasceu por decreto, foi se formando a partir da escuta do clamor do povo da rua e foi crescendo lentamente, descobrindo os sinais de Deus presentes. Inúmeras experiências de convivência e amizade enriquecem o conhecimento da realidade e permitem não somente conhecer as pessoas e seus desafios como criar vínculos e articular parcerias para otimizar a ação.

A Pastoral apresenta a seguir os seus Princípios e Diretrizes. Eles foram se consolidando a partir da Ação Pastoral e são frutos da reflexão sobre essa ação e quer ser um instrumento que ajude no comprometimento da missão e na vivência do Evangelho de Jesus.

Assumir esta missão é um desafio cotidiano. Muitos fatores se entrelaçam: vulnerabilidade da população, ausência de políticas públicas, preconceito e discriminação social. Medo, assassinatos, pânico e toda sorte de violências marcam a vida da psr. Ser presença fraterna e solidária é partilhar destes sofrimentos. Trata-se de, acima de qualquer desilusão, desistência acreditar que a vida é possível e que ela brota, apesar da dureza da vida e do asfalto onde eles moram... único reduto que



sobrou para eles.

Deus é o mais interessado neste projeto de Vida e é presença viva no meio do seu povo. Muita solidariedade e apoio mútuo brotam e são baluartes, que animam e estimulam na luta pela sobrevivência.

A proposta da Pastoral será sempre defender a vida, conquistar novos lugares e espaços, eclesiais e políticos para que a Vida se concretize em oportunidades de saúde, educação, trabalho e renda, alimentação, habitação e segurança para tod@s!

Leiam, compartilhem e, sobretudo, mudem seus óculos, investiguem seu preconceito....

Lutar pela Vida é uma urgência! E Muita vida poderá surgir!!!!

INTRODUÇÃO

A quantidade de pessoas que vivem em situação de rua no Brasil e a quantidade de pessoas que trabalham na coleta de material reciclável nas ruas e nos lixões de nossas cidades cresce a cada dia. Os dados referentes são poucos uma vez que as pesquisas censitárias do país são de caráter domiciliar, não atingindo aqueles que não possuem endereço fixo. O Movimento Nacional de Catadores de Material Reciclável aponta a existência de 800 mil catadores entre os trabalhadores das ruas e dos lixões. Por isso, mais que de pessoas que vivem em situação de rua, temos que falar de população em situação de rua – uma verdadeira cidade dentro da grande cidade; e mais que de pessoas que sobrevivem da catação de material reciclável, temos que falar de categoria de trabalhadores de material reciclável. A Pastoral considera população em situação de rua ou povo da rua o conjunto formado por catadores de material reciclável e moradores de rua.

Nas últimas décadas surgiram muitas comunidades, organizações, cooperativas e associações de moradores de rua e de catadores de material reciclável pelo Brasil afora. E, como fruto dessas organizações e de suas lutas, muitos direitos foram conquistados. Desde o reconhecimento de sua existência e de seu trabalho à melhoria das condições de trabalho.

Não é objetivo deste texto citar todas as conquistas, que são inúmeras, dos dois grupos populacionais. Todavia, devemos lembrar sim que suas lutas se estenderam à conquista de legislações afins, orçamentos e políticas públicas nas três esferas de poder. Estas conquistas, além de suscitar melhorias na qualidade de vida destes e de suas famílias originou a conquista de novos paradigmas e possibilidades. O resgate da autoestima e a visibilidade adquirida contribuíram para o exercício da cidadania e autonomia dos sujeitos, atualmente protagonistas de organizações sociais importantes.

Mas, apesar desses avanços e dessas conquistas, as condições de vida e de trabalho da população em situação de rua e dos catadores de material reciclável continuam muito precárias e desumanas. O caráter assistencial da maioria das políticas públicas do governo, a violência por parte da sociedade e de órgãos de segurança do Estado, as condições miseráveis e degradantes da vida nas ruas e nos lixões e a falta de perspectiva tornam a vida dessa população e desses trabalhadores muito difícil e muito dura, geram desespero e revolta e desencadeiam e alimentam uma onda de violência contra a sociedade e mesmo entre eles. É a forma que encontram para reagir contra a violência primeira e

maior de que são vítimas, isto é, a negação das condições materiais básicas de sobrevivência: alimentação, moradia, saúde, trabalho, segurança, lazer e outras.

Toda essa situação torna o trabalho da Pastoral do Povo da Rua cada vez mais desafiante e exigente. Exige muito discernimento e muita lucidez, tanto na compreensão da situação dessa população e desses trabalhadores, quanto na determinação do modo de se fazer presente e atuar junto a eles.

A Pastoral do Povo da Rua tem uma longa história com a população em situação de rua e com os catadores de material reciclável. E dessa longa história tem tirado muitas lições que são importantes para qualificar sua presença e ação nesse meio e para ajudar muitos grupos que, sensibilizados por essa situação e motivados pelo evangelho de Jesus Cristo, querem desenvolver um trabalho junto aos moradores de rua e/ou catadores de material reciclável, mas não sabem bem como fazer e, sobretudo, como ir além de uma ação emergencial.

Pensando nesses grupos, que são muitos pelo Brasil afora, decidimos oferecer um subsídio que fundamente e oriente o trabalho pastoral junto à população em situação de rua e aos catadores de material reciclável. Com esse subsídio, queremos fortalecer e dinamizar a missão de “ser presença junto ao povo da rua e dos lixões, reconhecer os sinais de Deus presentes na sua história e desenvolver ações que transformem a situação de exclusão em projetos de vida para todos”. Nosso objetivo é “estimular a promoção de ações junto à população de rua e catadores de materiais recicláveis que construam alternativas em defesa da vida e contribuam na elaboração de políticas públicas”.

A Pastoral do Povo da Rua é uma pastoral social da Igreja do Brasil. E o que caracteriza a ação de uma pastoral social e a diferencia de outras ações sociais desenvolvidas por muitos grupos de Igreja é que sua preocupação e sua ação não se restringem ao âmbito provisório, mas, avança no sentido de propor alternativas de transformação social. Por mais importantes e necessárias que sejam as ações, elas não são suficientes. São ações emergenciais. E, como bem recorda o papa Francisco em sua Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, “os planos de assistência, que ocorrem a determinadas emergências, deveriam considerar-se apenas como respostas provisórias. Enquanto não forem radicalmente solucionados os problemas dos pobres, renunciando à autonomia absoluta dos mercados e da especulação financeira e atacando as causas estruturais da desigualdade social, não se resolverão os problemas do mundo e, em

definitivo, problema algum. A desigualdade é a raiz dos males sociais” (EG, 207). Não podemos esquecer, diz Francisco, que o pedido de Jesus aos discípulos: “dai-lhes vós mesmos de comer” (Mc 6,37) “envolve tanto a cooperação para resolver as causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres, como os gestos mais simples e diários de solidariedade para com as misérias muito concretas que encontramos” (EG, 188). Dois aspectos importantes e inseparáveis: os gestos cotidianos de solidariedade e a luta pela transformação das estruturas da sociedade.

Pois bem, este subsídio da Pastoral do Povo da Rua oferece fundamentos e diretrizes para um trabalho pastoral junto ao povo da rua e aos catadores de material reciclável que, para além dos gestos cotidianos de solidariedade, colabore na afirmação desse povo e desses trabalhadores como autênticos sujeitos sociais, portadores de direitos sociais e no processo de transformação das estruturas da sociedade.

Ele está organizado em duas partes que se implicam e se complementam mutuamente: princípios pastorais e diretrizes pastorais. Por princípios pastorais, entendemos, aqui, aquilo que, em última instância, constitui e caracteriza nossa ação pastoral. Eles dizem respeito à nossa identidade mais profunda e radical, aos fundamentos últimos de nossa ação pastoral, aquilo que nos identifica e nos caracteriza, enfim, aquilo que nunca pode faltar. Por diretrizes pastorais, compreendemos, as orientações prático-metodológicas, fruto da experiência acumulada e refletida. Elas têm a ver, portanto, com o “como” da ação pastoral e, nesse sentido, dependem sempre da situação, dos sujeitos e das reais possibilidades de ação. O que funciona com um grupo e em determinada situação pode não funcionar com outro grupo e em outra situação.

Princípios e diretrizes se condicionam e se implicam mutuamente: enquanto os princípios fundamentam a ação, as diretrizes medeiam e efetivam a ação; princípios sem diretrizes terminam inoperantes e ineficazes e diretrizes sem princípios terminam em ativismo e pragmatismo sem rumo e sem critério. Mas não são a mesma coisa. Os princípios, na medida em que tocam na identidade mais profunda e radical, é algo constante e permanente, por mais dinâmicos que sejam. Já as diretrizes, na medida em que dizem respeito ao como da ação, tem um caráter mais circunstancial e conjuntural, por mais que algumas diretrizes sejam mais conjunturais que outras.

Dito isto, passamos a apresentar e a propor os princípios e as diretrizes para o trabalho pastoral junto à população em situação de rua e aos catadores de material reciclável.

PRINCÍPIOS PASTORAIS



FOTO: ACERVO DA PASTORAL DO POVO DA RUA



Como indicamos acima, os princípios pastorais dizem respeito àquilo que caracteriza e dinamiza nossa ação pastoral. Têm a ver com os fundamentos, as orientações, os critérios, enfim, com aquilo que, em última instância, identifica e distingue nossa ação e nosso jeito de agir da ação e do jeito de agir de outros grupos.

Mesmo que não sejam tão evidentes, não é tão difícil identificar os princípios que estruturam e dinamizam a ação de um grupo. Basta confrontar o modo como os diferentes grupos, dentro e fora da Igreja, atuam junto aos moradores de rua e catadores de material reciclável para se perceber a diferença. E essa diferença (que não é necessariamente oposição) tem a ver, em última instância, com os princípios de ação de cada grupo. Daí a importância e necessidade de explicitar esses princípios para que a ação desse grupo seja cada vez mais conseqüente e eficaz.

No que diz respeito à Pastoral do Povo da Rua, enquanto uma pastoral social da Igreja do Brasil, sua ação junto aos moradores de rua e catadores de material reciclável está estruturada e dinamizada pelos seguintes princípios pastorais: centralidade do reinado de Deus; humanização da vida e das relações; protagonismo do povo da rua e dos catadores de material reciclável; mobilização e organização social; ecumenismo e diálogo inter-religioso; construção de uma nova sociedade – civilização do bem viver e do bem conviver.

Vejamos cada um desses princípios:

1. Centralidade do reinado de Deus

A ação pastoral da Igreja deve ser a continuação da ação de Jesus, o “bom pastor” que “dá a vida por suas ovelhas” (Jo 10, 11). Através dela, Jesus continua vivo, presente e atuante no mundo. Por isso, a Igreja não pode se separar de Jesus e de seu jeito de agir. Tem que estar sempre unida a ele, aprender com ele, continuar e atualizar sua missão nos lugares e nas situações que lhes toca viver. Como insistiram os bispos na Conferência de Aparecida, a Igreja tem que ser discípula e missionária de Jesus Cristo.

De acordo com a Sagrada Escritura, no centro da vida e missão de Jesus estava a realização do reinado de Deus, cuja característica mais importante é a justiça ao pobre, ao órfão, à viúva e ao estrangeiro – símbolo dos marginalizados de todos os tempos. Isso era o mais importante para Jesus. Tudo mais estava em função e a serviço disso. Se observarmos bem os evangelhos, veremos que os discursos e as ações de Jesus e os chamados que ele faz ao seu seguimento giram sempre em torno do reinado de Deus e têm sempre a ver com os pobres, os doentes, os impuros, os pecadores, enfim, com todos os que não eram bem aceitos nem queridos pela sociedade.



O Deus de Jesus é um Deus compassivo e misericordioso, um pai que quer o bem de seus filhos: que perdoa, que acolhe e tudo faz para que eles possam viver com dignidade. É um Deus-amor: um Deus que age, não de acordo com os méritos de cada um – recompensando os “bons” e punindo os “maus” –, mas segundo a lógica do amor que se dá gratuita e incondicionalmente; um Deus que ama a todos, começando pelos últimos, por aqueles que, não só não são amados, mas são rejeitados, excluídos, marginalizados. Assim é o Deus de Jesus; o Deus em quem ele confia e a quem ele obedece e é fiel até às últimas conseqüências.

Com esse Deus, Jesus se relaciona como um filho que se relaciona com o pai: com confiança, obediência e fidelidade. Estabelece uma relação filial. As Escrituras não só falam que Jesus chama a Deus de Pai, mas falam de Jesus como o Filho de Deus. Tal é a intimidade e a comunhão de Jesus com esse Deus. João chega a afirmar que quem vê Jesus, vê o Pai (Jo 14, 9). No jeito de Jesus viver e agir transparece o jeito do Pai. Na linguagem popular, diríamos: “filho de peixe, peixinho é”; “é a cara do Pai”! Mais ainda. Em Jesus é Deus mesmo quem age: é pelo “dedo de Deus” que Jesus expulsa demônios (Lc 11, 20); ele age na força e no poder do Espírito de Deus (Lc 4, 18s; At 10, 38). Por isso mesmo, as ações de Jesus são narradas na Escritura como sinal da proximidade e realização do reinado ou do senhoril de Deus, isto é, sinal de que a vontade de Deus está se tornando realidade: “os cegos recuperam a vista, os paraplégicos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos ressuscitam e a boa notícia é anunciada aos pobres” (Lc 7, 22).

O jeito de ser e de agir de Deus que se manifesta no jeito de ser e de agir de Jesus deve ser também o jeito de ser e de agir da Igreja de Jesus. Só assim, ela se constitui como “povo de Deus”, “corpo de Cristo” e “templo do Espírito”. Por isso, é de fundamental importância no trabalho pastoral observarmos como Jesus vivia e agia. Com ele, aprendemos a viver e agir como Deus mesmo vive e age: amando gratuitamente e sem medida, entregando a própria vida para que todos possam ter vida e vida em abundância (Jo 10, 10).

O jeito de viver e de agir de Jesus está centrado no anúncio/realização do reinado de Deus e, como conseqüência, na denúncia/oposição de tudo que se opõe e/ou impede sua chegada e realização.

Antes de tudo, Jesus anuncia e sinaliza a proximidade do reinado de Deus. E faz isso curando doentes, acolhendo e fazendo refeição com pessoas consideradas impuras e pecadoras e anunciando/sinalizando a proximidade e o amor de Deus por essas pessoas. Não entra, aqui, questões de mérito ou bondade pessoal. É pura gratuidade. É o jeito de ser de Deus mesmo: ama porque é amor, perdoa porque é perdão, tem compaixão e misericórdia porque é compassivo e misericordioso, toma o partido dos pobres e faz justiça porque é justo, volta-se para os caídos e marginalizados porque é Pai/Mãe que se preocupa e cuida de seus filhos em suas necessidades.



FOTO: ACERVO DA PASTORAL DO POVO DA RUA

Ao anunciar/realizar a vontade ou o senhoril de Deus, termina se opondo e se confrontando com tudo que se opõe ou impede sua realização neste mundo: a absolutização e mercantilização da lei, do templo e do culto; as tradições religiosas que discriminam e marginalizam mulheres, doentes, estrangeiros e praticantes de outras religiões; o uso da religião para legitimar o poder de César e dos sacerdotes, entre outros. Viveu constantemente em conflito e terminou sendo assassinado numa cruz.

Mas permaneceu fiel até o fim. Nunca deixou de se aproximar dos pobres, ouvi-los, tocá-

los, fazer refeição com eles, socorrê-los em suas necessidades, defendê-los e manifestar-lhes o amor de Deus. Por isso, Deus o ressuscitou dos mortos e o exaltou, fazendo-o tomar parte definitivamente no seu reinado de justiça e fraternidade.

E esse deve ser o caminho e a pedagogia da Pastoral do Povo da Rua. É desta forma, agindo como Jesus, que nos unimos a ele e colaboramos na realização do reinado de Deus neste mundo, isto é, de sua justiça aos pobres e oprimidos, concretamente, ao povo da rua e aos catadores de material reciclável.

1 - Cf. MESTERS, Carlos – OROFINO, Francisco. "A justiça do Reino e a construção da paz na vida de Jesus". In: 13º INTERECLESIAL DAS CEBS – TEXTO BASE. *Justiça e profecia a serviço da vida: Cebs, romeira do Reino no campo e na cidade*, 2013, 126-153, aqui 146

2. Humanização da vida e das relações

O primeiro sinal do reinado de Deus é a humanização da vida e das relações das pessoas que vivem em situação de pobreza, marginalização e exclusão. Essas situações muitas vezes são tão duras e cruéis que desumanizam as pessoas: negando-lhes as condições materiais básicas de sobrevivência, excluindo-as do convívio social ou marginalizando-as, fazendo-as se sentirem mais pecadoras que os outros e abandonadas por Deus, enfim, para usar uma imagem e expressão muito comuns entre o povo da rua e os catadores de material reciclável, fazendo com que elas se sintam lixo...

Nos Evangelhos, aprendemos com Jesus que o primeiro passo é a com-paixão e a aproximação das pessoas. Jesus tem com-paixão dos doentes (Mt 14, 14), do leproso (Mc 1, 41), dos cegos (Mt 20, 34), dos famintos (Mc 8, 2; Mt 15, 32), dos abandonados (Mc 6, 34). Ele se aproxima e acolhe como irmãos e irmãs todas as pessoas que eram desprezadas e excluídas pela religião e pela sociedade: os hereges (pagãos e samaritanos), os impuros (leprosos e possessos), os marginalizados (mulheres, crianças e doentes), os colaboradores (publicanos e soldados), os pobres (povo da terra, pobres sem poder)¹. Escuta essas pessoas, conversa com elas, toca-as e deixa-se tocar por elas, faz refeição com elas, abençoa-as e anuncia o amor de Deus para com elas. E faz isso apesar de todos os preconceitos religiosos e sociais de seu tempo e dos conflitos e da perseguição que isso acarreta contra ele.

E o papa Francisco nos recorda que nosso compromisso com os pobres começa com a “atenção” que devemos ter para com eles. Essa atenção amiga é o início de uma verdadeira preocupação pela sua pessoa e, a partir dela, nasce o desejo procurar efetivamente o seu bem. Isso implica apreciar o pobre na sua bondade própria, com o seu modo de ser, com sua cultura, com a sua forma de viver a fé. O autêntico amor é sempre contemplativo, permitindo-nos servir o outro não por necessidade ou vaidade, mas porque ele é belo, independente de sua aparência: ‘Do amor, pelo qual uma pessoa é agradável a outra, depende que lhe dê algo de graça’. Quando amado, o pobre ‘é estimado como de alto valor’, e isto diferencia a autêntica opção pelos pobres de qualquer ideologia, de qualquer tentativa de utilizar os pobres ao serviço de interesses pessoais ou políticos. Unicamente a partir dessa proximidade real e cordial é que podemos acompanhá-lo no seu caminho de libertação” (EG, 199).

Isso vale, particularmente, para o trabalho pastoral com a população em situação de rua e com os catadores de material reciclável. Dada a situação limite e sub-humana em que normalmente vivem essas pessoas, o estabelecimento de relações humanas e fraternas com elas é de fundamental importância para a afirmação da sua dignidade, a recuperação da sua auto-estima, a redescoberta e reafirmação do amor e do cuidado de Deus para com elas, a abertura de horizontes e perspectivas que liberam a

imaginação e a fantasia, alimentam a esperança, desbloqueiam a criatividade e mobilizam para a ação e reconstrução da vida. Mas não se trata de algo meramente instrumental: uma estratégia para conseguir algo. O estabelecimento de relações fraternas com essas pessoas a quem foi negada a fraternidade é sinal da realização da vontade de Deus Pai/Mãe entre nós. É um sinal eficaz: que indica novidade e mudança, que tem conseqüências, que abre perspectivas, que desencadeia processos.

A experiência da Pastoral do Povo da Rua tem mostrado que os processos mais dinâmicos e fecundos de organização e conquista de direitos começam pelas pequenas ações de humanização da vida e das relações com e entre os moradores de rua e catadores de material reciclável.

Da parte dos agentes de pastoral, isso passa pelo esforço e capacidade de se aproximar deles, de sua vida concreta, de ter empatia, de dar atenção às coisas simples e corriqueiras de suas vidas, de ouvi-las, aprender seu nome, enfim, criar vínculos de fraternidade. É preciso ficar atento para não restringir a presença junto aos moradores de rua e catadores de material reciclável aos espaços e momentos formais de trabalho e militância. É necessário criar relações gratuitas e afetivas, para além dos interesses de organização, luta e mobilização. A pastoral não é um órgão de assistência social. Deve ser sinal e instrumento do amor de Deus e da fraternidade e da justiça entre as pessoas.

Da parte dos moradores de rua e catadores de material reciclável, a humanização da vida e das relações passa pela recuperação da auto-estima e do respeito pelos companheiros de rua, pelas relações de amizade e companheirismo, pela ajuda mútua na doença, na busca de trabalho, na partilha, pelas festas e confraternizações, pela higiene com o corpo e no lugar onde vivem (viaduto, ocupação, local de trabalho etc.), pelos momentos de oração e celebração, pela consciência de seus direitos e pelas novas relações que vão construindo com os agentes de pastoral, com a população do entorno onde vivem, com funcionários do Estado e com outras pessoas e seguimentos sociais.

3. Protagonismo do povo da rua e dos catadores de material reciclável

O processo de humanização da vida e das relações com e dos moradores de rua e catadores de material reciclável é fundamental para que eles vão se tornando cada vez mais protagonistas, isto é, os principais sujeitos de suas vidas e de sua história.

É verdade que não somos os únicos sujeitos de nossas vidas e que na vida não podemos fazer tudo que queremos: “querer não é poder”. Convivemos com outras pessoas e isso interfere e condiciona em boa medida a nossa própria vida – para o bem e/ou para o mal. Somos condicionados e limitados de muitas formas. Mas esses condicionamentos e essas limitações podem se tornar tão grandes e tão fortes que terminam gerando um sentimento de total impotência e incapacidade de dar rumos e refazer a própria vida.

No caso concreto do povo da rua e dos catadores de material reciclável, isso é muito comum e as razões são as mais diversas: econômica, familiar, afetiva, saúde, e, normalmente, acrescentam-se e entrelaçam uma à outra. E, claro, quando alguém chega numa situação limite assim, é muito tentado a entregar os pontos, a se render ou, melhor, a concentrar suas forças naquilo que é mais urgente e estar ao alcance da mão: alimentação e proteção física. É a vida no limite. Já não consegue ver muitas outras possibilidades e alternativas e, conseqüentemente, não tem força nem ânimo de lutar por elas. Sem vislumbrar horizontes mais amplos e sem esperança é muito difícil alguém se mobilizar. Mobilizar para que? O ser humano é um ser que se faz a si mesmo. E ele se faz a si mesmo pro-jetando sua vida e buscando os meios necessários para a realização desse projeto. Sem um projeto e sem os meios concretos de sua realização não é possível ser protagonista ou sujeito da própria vida: em vez de “levar a vida” ou ser “autor” da vida (o que determina), termina sendo “levado pela vida” ou sendo reduzido a “ator” na vida (o que executa um papel determinado por outro).

No trabalho pastoral com o povo da rua e com os catadores de material reciclável temos que ficar muito atentos para não alimentar neles esse sentimento de impotência e incapacidade em dar rumo e refazer a própria vida. Temos que ficar atentos, inclusive, para não gerar dependência deles para com a pastoral. Não vamos resolver os problemas da vida deles. Não vamos fazer por eles. Eles têm que ser os sujeitos de suas próprias vidas, nos limites de suas possibilidades.

Este processo deve provocar e proporcionar a abertura de horizontes e perspectivas de vida que liberem a imaginação e os sonhos, que alimentem a esperança, que desbloqueiem a criatividade e

2 - SOBRINO, Jon. “Reflexões a propósito do terremoto de El Salvador”. *Convergência* 340 (2001) 110-118, aqui, 114s.

que mobilizem para a ação e reconstrução da vida. Ou seja, deve contribuir para que eles vão se tornando cada vez mais protagonistas e sujeitos de suas próprias vidas. Sem isso, não há verdadeira humanização (tornar-se humano), mas apenas domesticação (animal domesticado).

É isso o que aprendemos com Jesus nos evangelhos. Ao se aproximar das pessoas em situação de exclusão social e religiosa, ele, além de não condenar essas pessoas, não as tratava como coitadinhas nem gerava dependência delas para com ele. Pelo contrário, acolhia-as e socorria-as em suas necessidades, relacionava-se com elas e, assim, reinseria-as na vida social e religiosa, percebia e reconhecia sua bondade e sua fé e animava-as a seguir seu caminho: “Vai em paz” (Mt 9, 6s; Lc 8, 48; Jo 8, 10s)

E é isso o que temos aprendido na experiência de compromisso com os pobres na América Latina. Puebla fala do “potencial evangelizador dos pobres”: interpelam à conversão e vivem muitos valores evangélicos (Puebla, 1147). Jon Sobrino fala de uma “santidade primordial”: obediência “ao chamado de Deus a viver e a dar a vida a outros, mesmo em meio à catástrofe”². E o papa Francisco insiste na necessidade de nos deixarmos “evangelizar por eles”, de reconhecermos “a força salvífica de suas vidas” e de acolhermos “a misteriosa sabedoria que Deus nos quer comunicar através deles” (EG, 198).

Por isso, no trabalho pastoral com o povo da rua e os catadores de material reciclável temos de cuidar para não gerar dependência e para ajudá-los a desenvolver suas potencialidades e possibilidades e, a partir delas, ir criando e desenvolvendo novas possibilidades de vida. O grande desafio aqui é: percebermos e ajudar as pessoas a perceber suas potencialidades; enfrentar e romper as barreiras dos preconceitos e da marginalização social que eles mesmos acabam interiorizando (bandidos, preguiçosos, acomodados, marginais etc.); ir buscando e construindo alternativas de vida, tanto individual quanto coletivamente; reconhecer e respeitar a situação, as possibilidades e os processos de cada grupo e cada pessoa; promover e fortalecer os mais diversos vínculos de solidariedade entre eles e potencializar comunitária e politicamente esses vínculos em vista da conquista e garantia de direitos.

4. Participar da construção de projeto de sociedade: Mobilização e organização social

Como vimos nos itens anteriores, a humanização da vida e das relações é de fundamental importância no trabalho com o povo da rua e com os catadores de material reciclável, inclusive para que eles possam se tornar cada vez mais protagonistas ou sujeitos de suas vidas e de sua história.

Mas não suficiente. É que a situação em que essas pessoas vivem não é fruto apenas de problemas

de ordem pessoal, familiar e afetiva. É fruto, em última instância, de um modelo de sociedade excludente que se organiza não em vista de garantir condições decentes de vida para todos, mas em vista de garantir o crescimento e a acumulação de bens e riquezas. E nessa lógica, muita gente acaba sobrando e sendo descartada. O próprio Estado que deveria estar a serviço do bem comum, acaba sendo um instrumento político e jurídico de viabilização e de legitimação dos interesses e dos privilégios da elite. Para o povo sobra apenas, e na melhor das hipóteses, “bolsas” ou políticas compensatórias que não comprometem os interesses da elite nem mexem nas estruturas da sociedade.

Sem dúvida, os gestos de solidariedade entre e com o povo da rua e os catadores de material reciclável bem como as políticas de proteção e assistência do Estado são de fundamental importância, dada a situação limite em que eles se encontram. Mas são ações emergenciais que não resolvem o problema e podem acabar gerando dependência. Numa cidade como São Paulo, por exemplo, mais de 14 mil pessoas vivem em situação de rua, segundo dados do censo realizado na cidade. Praticamente uma cidade dentro da grande cidade. Nenhuma pessoa e mesmo nenhum grupo tem condição de resolver essa situação. E nem as políticas de assistência são suficientes porque não passam de ações emergenciais e provisórias, por mais importante e necessário que sejam! As pessoas vão continuar sempre dependendo das “bolsas” e não construindo sua dignidade e autonomia.

Daí a importância e necessidade de orientar o trabalho pastoral para a mobilização e organização social em vista de conquista e garantia de direitos e que, aos poucos, possam ir redefinindo as políticas de Estado para com essa população e esses trabalhadores e, assim, ir mexendo e interferindo nas estruturas da sociedade. A grande meta é a transformação social das estruturas injustas e excludentes. E o meio fundamental é mobilização e organização. Sem transformação das estruturas da sociedade não haverá mudança significativa dessa situação. E sem mobilização e organização social não haverá transformação das estruturas sociais.

Jesus percebeu essa necessidade de transformação das estruturas da sociedade, ainda que não usasse essa expressão. Por isso, não só cura em dia de sábado, mas insiste na necessidade de submeter o sábado ao homem (Mc 2, 27); rompe as regras sociais e religiosas que marginalizam e excluem (Mc 1, 40ss; Mt 15, 21ss; Jo 8, 1ss); frente ao império romano que se apropria da terra, do povo e até do culto, que pertencem a Deus, afirma que é preciso dar a Deus o que é de Deus (Mt 28, 15ss); ao usar uma metáfora econômica para falar do reinado de Deus, aponta para uma forma de organizar a economia em vista da satisfação das necessidades humanas (Mt 20, 1ss). E, assim, revela e expressa sua consciência e convicção da necessidade de transformação nas estruturas cultural-religiosas, sociais, políticas e econômicas da sociedade.

A Igreja da América Latina, desde a conferência de Medellín em 1968, tem insistido no caráter

institucional da injustiça, falando inclusive de pecado social, e na necessidade de transformação das estruturas da sociedade. Em sintonia com o Sínodo dos bispos de 1974, Puebla recorda que “a promoção da justiça é parte integrante da evangelização” (Puebla, 1254) e propõe, dentre outras ações, o conhecimento e a denúncia dos mecanismos que geram pobreza (1160), o apoio às aspirações dos operários e camponeses (1162) e a defesa de seu direito de organização (1163). E as pastorais sociais, também a Pastoral do Povo da Rua, têm direcionado e focado sua ação no processo de mobilização e organização social como instrumento privilegiado de transformação da sociedade.

A sociedade está organizada e estruturada a partir e em vista de interesses sociais diferentes e conflitantes. Quem tem mais força e poder acaba determinando seus rumos. Se quisermos mexer nas estruturas da sociedade temos que nos constituirmos, nos fortalecermos e crescermos como força social capaz de fazer valer seus interesses. Daí a importância e necessidade da mobilização e organização social.

No caso da Pastoral do Povo da Rua, isso implica (1) sensibilizar, provocar, convocar, mexer, movimentar pessoas e grupos que vivem nas ruas e nos lixões (2) em vista da conquista e defesa de seus direitos, (3) constituindo-se como organização e força sociais. Sem mobilização não há organização, mas sem organização a mobilização não passa de um evento. É preciso mobilizar em vista de um objetivo comum concreto. E essa mobilização precisa conduzir a um processo de organização. É desta forma que o povo da rua e os catadores de material reciclável vão se constituindo como verdadeiros sujeitos sociais, como força social capaz de intervir no processo de organização e estruturação da sociedade a partir e em vista de seus interesses.

5. Ecumenismo e diálogo inter-religioso

No trabalho pastoral com o povo da rua e os catadores de material reciclável encontramos pessoas que se identificam com e/ou freqüentam diferentes igrejas cristãs, diferentes tradições religiosas (espíritas e tradições afro-descendentes) e pessoas que já não têm ou nunca tiveram vínculo com nenhuma comunidade religiosa. E encontramos pessoas e grupos de diferentes igrejas e tradições religiosas ou sem vínculo com nenhuma comunidade religiosa que ajudam o povo da rua e os catadores em suas necessidades e em sua organização.

Essa situação nos obriga a refletir sobre nossa relação com essas pessoas e esses grupos e a pensar sobre como podemos crescer uns com os outros e como nossas experiências religiosas e/ou

3 - SANTANA, *Júlio de. Ecumenismo e libertação. Petrópolis: Vozes, 1991, 116.*

4 - *Ibidem, 255.*

humanitárias podem contribuir no processo de humanização da vida e das relações do povo da rua e dos catadores de material reciclável, bem como no seu processo de mobilização e organização na luta por seus direitos. É o problema do ecumenismo (entre as igrejas cristãs) e do macro-ecumenismo ou do diálogo inter-religioso (entre as religiões e pessoas e grupos não religiosos).

Na perspectiva cristã, como vimos no primeiro princípio, a questão fundamental é sempre a realização histórica do reinado de Deus, cuja característica principal é a justiça aos pobres, oprimidos e fracos deste mundo. Eles são sempre o critério religioso maior de unidade e de divisão, do que dever ser feito e do que não deve ser feito (cf. Lc 10, 25-37; Mt 25, 31-46). Mas isso vale também, de algum modo, para o conjunto das religiões. Elas são sempre muito sensíveis às situações de sofrimento e de injustiça e têm como uma de suas tarefas principais o cuidado e a defesa dos pobres, oprimidos e fracos. Por sua particular sensibilidade para com as situações de sofrimento e injustiça, as religiões têm um particular potencial humanizador e por isso desempenham um papel e uma função importantes no que diz respeito aos valores e ao modo de estruturação e regulamentação da vida individual e coletiva.

É por aqui que devemos pensar nossa relação e interação com as mais diferentes igrejas e



FOTO: ACERVO DA PASTORAL DO POVO DA RUA

tradições religiosas na rua – sempre a partir e em vista da defesa da vida, o que significa, na prática, o reconhecimento e a defesa da dignidade do povo da rua e dos catadores de material reciclável, a

5 - CASALDÁLIGA, Pedro. "O macroecumenismo e a proclamação do Deus da vida", in TEIXEIRA, Faustino (org). *O diálogo inter-religioso como afirmação da vida*. São Paulo: Paulinas, 1997, 31-38, aqui 36.

solidariedade com eles em suas necessidades e o apoio e a participação na luta por seus direitos. O que nos une ou nos divide, o que nos aproxima ou nos separa (dentro de nossa Igreja, entre as igrejas e entre as religiões) é, em última instância, a vida e os direitos dos pobres, oprimidos e fracos deste mundo.

Isso é o que o teólogo metodista Júlio de Santana chama de Projeto Ecumênico Popular: Ele “vai tomando forma gradualmente a partir da prática de pessoas, de homens e mulheres em cada lugar do mundo em que os cristãos de diferentes igrejas se unem entre si e com homens e mulheres de outras convicções religiosas e de outras ideologias para construir uma realidade social nova, que de alguma maneira seja um sinal do Reino que esperam. Portanto, não é através de documentos que é preciso tentar compreender esse projeto, mas a partir da ação, da militância e da celebração cotidiana da fé dos cristãos em situações de luta”³. “A base desse movimento ecumênico [...] é a luta pela justiça. É ecumenismo de compromisso, não se resume em simples palavras e belas declarações. É ecumenismo de encontro na caminhada da construção de uma nova sociedade”⁴.

E no mesmo sentido, afirma o bispo Pedro Casaldáliga: “Macroecumenismo é dialogar inter-religiosamente, porém sempre num compromisso social pelos excluídos. Eu não entenderia de jeito nenhum um diálogo inter-religioso se não o entendesse como compromisso sócio-político e econômico a serviço das maiorias excluídas que é a maior parte da família desse Deus da Vida que a gente quer proclamar. Fazer da fé no Deus da Vida um culto militante à vida, por amor à obra e ao sonho desse Deus”⁵.

Pensando, concretamente, na Pastoral do Povo da Rua, o ecumenismo e o macro-ecumenismo passam (1) pelo respeito às identidades religiosas tanto do povo da rua e dos catadores de material reciclável quanto das pessoas e grupos que são solidários a eles; (2) pelo cultivo e fortalecimento da dimensão espiritual da vida humana em suas mais diversas expressões; (3) pela vivência e dinamização do potencial humanizador das diversas tradições religiosas; (4) pelo esforço em superar e evitar todo tipo de fundamentalismo e intolerância religiosos; (5) pela insistência naquilo que é central na vivência religiosa: a comunhão com Deus que leva à vivência da fraternidade com os irmãos em suas dificuldades e em seus sofrimentos; (6) pelo cultivo de momentos de oração e celebração ecumênicas e macro-ecumênicas – seja a partir da situação do grupo, seja no contexto mais amplo e específico de luta por seus direitos; (7) por colocar a força social das igrejas e religiões a serviço da dignidade e dos direitos dos povo da rua e dos catadores de material reciclável.

6. Construção de uma nova sociedade – civilização do bem viver e bem conviver

O processo de humanização da vida e das relações e o processo de organização e mobilização sociais, fortalecidos e alargados pela força espiritual-humanizadora das igrejas e religiões, são fundamentais para que o povo da rua e os catadores de material reciclável se tornem cada vez mais sujeitos ou protagonistas de suas vidas e colaborem na construção de uma nova sociedade. Está em jogo, aqui, tanto a vida do povo da rua e dos catadores de material reciclável, quanto a da sociedade como um todo.

Assim como a situação em que essa parcela significativa da população se encontra não é fruto apenas de fatores de ordem individual, familiar e afetiva, mas fruto de um sistema econômico-político que organiza e estrutura a sociedade em vista dos interesses e privilégios de uma pequena elite; a mudança dessa situação, mediante a conquista e a garantia de direitos por parte dessa população, vai, aos poucos, interferindo nesse processo de organização e estruturação da sociedade. E, dependendo da força social que se consiga construir e do poder de mobilização, organização e articulação, é possível ir re-organizando e re-estruturando a sociedade, de modo que possa garantir condições de vida decente para todos. Daí a importância e necessidade de articular o micro e o macro. Daí a importância de necessidade de se articular com outras forças sociais.

Por um lado, a articulação entre o micro e o macro. As pequenas ações e as pequenas lutas não podem perder de vista a perspectiva e o desafio maiores de construção de uma nova sociedade. E o sonho e a utopia de uma nova sociedade não podem ficar na mera abstração e no mero idealismo; precisam ir sendo mediatizados e antecipados nas pequenas lutas e conquistas. Nem podemos nos conformar com pouca coisa nem podemos cair num idealismo paralisante. As pequenas lutas e conquistas anunciam e antecipam a nova sociedade que, por sua vez, é mediatizada por elas.

Por outro lado, a articulação com outras forças sociais. Os problemas e os desafios do povo da rua e dos catadores de material reciclável são, em grande medida, os problemas e os desafios de muitos outros grupos que são excluídos em nossa sociedade. Sozinho, nenhum grupo tem força suficiente para mudar essa situação nem vai conseguir muita coisa. Mas juntos podem muito mais. Daí a importância e necessidade de construir uma grande aliança dos setores populares marginalizados. Mesmo que cada grupo tenha sua especificidade, todos eles têm em comum a necessidade de transformação das estruturas da sociedade e podem somar força em muitas lutas.

Além do mais, é importante ter presente que, mesmo que a questão mais fundamental seja de ordem econômica, isto é, a garantia das condições materiais básicas de sobrevivência, a vida é muito mais complexa e tem muitas outras dimensões. A nova sociedade implica também relações interpessoais e

ambientais novas. As pessoas precisam ser reconhecidas e respeitadas em suas tradições culturais e religiosas, em sua raça e em seu gênero, em sua orientação sexual, em suas opções políticas, enfim, em todas as dimensões de sua vida. E é preciso estabelecer uma nova relação com meio ambiente que garanta o equilíbrio do eco-sistema e o futuro da própria humanidade, o que implica tanto esforços de preservação ambiental, quanto revisão dos padrões de consumo e do modelo de desenvolvimento que está em curso em nossa sociedade.

E nada disso é possível sem o esforço e a colaboração de cada um e sem a constituição de uma força social forte capaz de ir reorganizando e reestruturando a sociedade no seu todo, mediante a conquista e garantia de direitos econômicos, sociais, políticos, sexuais, ambientais. Só assim poderemos falar verdadeiramente de democracia, isto é, do exercício do poder popular em vista do bem comum.

Tudo isso sinaliza um novo mundo e uma nova civilização, constituídos por pessoas novas, por relações novas, por estruturas novas. O sinal é algo que, ao mesmo tempo, torna presente (antecipa) e aponta para além de si (indica). Essa tensão entre o “já” e o “ainda não” é própria das grandes utopias e dos grandes sonhos, sobretudo quando perpassados pela dimensão religiosa. É algo que nunca se esgota em nenhuma realização histórica. Mas é também algo que vai se vivendo e antecipando, em alguma medida, no dia-a-dia. Podemos falar, aqui, com os povos indígenas, do sonho da “terra sem males” mediatizado pela civilização do “bem viver” e do “bem conviver”. Esse novo paradigma civilizatório, como afirma Alfredo Gonçalves, “passa por uma relação totalmente renovada, seja com o planeta e seus recursos naturais, seja com os seres vivos em geral e com as pessoas em particular. Significa pensar um novo padrão sócio-econômico e cultural que não seja reprodutor de milhões de pessoas excluídas, à margem da sociedade e da própria existência, mas que seja uma ótica civilizatória que contemple o ser humano chamado a crescer integralmente na relação consigo, com os outros, o cosmo”⁶ e com Deus.

O grande desafio, aqui, para a Pastoral do Povo da Rua é ajudar o povo da rua e os catadores de material reciclável a ir vivendo e colaborando na construção deste novo mundo e desta nova civilização, sinal do reinado definitivo de Deus neste mundo que, embora diga respeito a todas as dimensões da vida humana e a todas as pessoas, tem como característica e critério primeiros a justiça aos pobres, oprimidos e fracos. Por mais que o novo mundo, a nova civilização, o reinado de Deus não se reduzam à justiça aos pobres, oprimidos e fracos, só se realizam na medida em que essa justiça for se tornando realidade. Os pobres, oprimidos e fracos são “os juízes da vida democrática de uma nação”⁷, são “o critério-chave de autenticidade” da Igreja (EG, 195) e, mais radicalmente, o critério de participação ou exclusão no banquete definitivo do reinado de Deus (Mt 25, 31-46).

6 - GONÇALVES, Alfredo _____

7 - CNBB. *Exigências éticas da ordem democrática*. São Paulo: Paulinas, 1989, Nº 72 (Coleção Documentos da CNBB, Nº 42).

DIRETRIZES PASTORAIS



FOTO: ACERVO DA PASTORAL DO POVO DA RUA

Se os princípios pastorais têm a ver com os fundamentos, as orientações e os critérios de nossa ação; as diretrizes pastorais têm a ver com o modo como desenvolvemos nossa ação. São orientações prático-metodológicas para o desenvolvimento da ação pastoral: por onde começar, como avançar, que caminhos tomar, que metas ou objetivos queremos atingir e o que fazer para isso, como nos relacionar com o povo da rua e com os catadores de material reciclável, como somar força com outras organizações sociais e movimentos. Noutras palavras, as diretrizes dizem respeito ao “como” da nossa ação enquanto uma pastoral social, isto é, enquanto uma ação eclesial preocupada não apenas com ações emergenciais, mas também com ações estruturais que garantam direitos e qualidade de vida para esse povo.

As diretrizes que apresentaremos a seguir vêm sendo experimentadas e testadas no trabalho pastoral que temos desenvolvido nas últimas décadas em várias cidades do Brasil. Dizem respeito ao jeito, aos caminhos, aos meios que fomos desenvolvendo, tomando ou assumindo no trabalho pastoral o povo da rua e os catadores. Não são uma receita para ser copiada e seguida mecanicamente. São orientações que podem ajudar a desenvolver e dinamizar o trabalho pastoral. Cada grupo tem sua dinâmica e seu processo que é preciso respeitar. O que funciona bem num grupo, pode não funcionar bem noutro grupo. O que reúne e mobiliza um grupo é diferente do que reúne e mobiliza outro grupo. E, dependendo do elemento aglutinador e mobilizador (moradia, trabalho, segurança etc), é preciso dar determinados passos, tomar determinadas medidas, planejar e assumir prioridades de ação.

Importa, em todo caso, ir encontrando os meios e os caminhos necessários para que o povo da rua e os catadores de material reciclável possam ir conquistando, através de suas lutas e organizações, sua dignidade e seus direitos e, assim, possam ir se tornando cada vez mais protagonistas de suas vidas.

Para isso, oferecemos as seguintes diretrizes, fruto de décadas de trabalho e reflexão junto ao povo da rua e aos catadores de material reciclável por esse Brasil afora:

1 - Criar comunidades de fé e vida entre os catadores e a população em situação de rua

Desde o início da Ação Pastoral, na década de 1980 a organização de comunidades é uma prática cotidiana do trabalho e da Missão. As pessoas em situação de rua têm uma história marcada por um processo de desqualificação social, onde foram sendo rompidos seus laços pessoais e sociais.

Na situação em que se encontram, seu cotidiano costuma ser organizado por rotinas destinadas a responder às necessidades básicas – alimentação, higiene, abrigo - muitas vezes determinadas por mecanismos institucionais dos serviços e instituições de ajuda, em que sua identidade passa a ser a do “usuário” de serviços ou “necessitado”, objeto da caridade, restringido sua sociabilidade.

A perspectiva de “criar comunidades” vem no sentido de oferecer condições favoráveis para a convivência social e afetiva destes indivíduos, onde eles sejam reconhecidos como pessoas, que possuem experiências, desejos, opiniões, enfim, uma história, que resgate sua identidade. Proporcionar a eles um espaço onde são aceitos como são e que possam se expressar, participar, criar novos vínculos, podendo resgatar sua autoestima e desenvolver um sentimento de filiação e pertencimento.

A Comunidade é a base para o processo de transformação da situação de rua e expressão cotidiana de exercício coletivo. É nela que se estabelecem vínculos, que se resgatam a autoestima que possibilitam o efetivo protagonismo do povo da rua que vai possibilitar essa transformação. Nas palavras de Paulo Freire: “*A transformação permanente da realidade para a permanente humanização dos homens*”⁸.

O povo da rua está imerso numa imensa solidão, com uma história de rompimentos e perda que é difícil de ser enfrentada. Às vezes o silêncio com relação a si mesmo é a forma de atenuar o sofrimento que esse contexto traz. Acrescenta-se a essa situação o preconceito, a discriminação, a violência e a falta de acesso a políticas públicas. No desenvolvimento da Missão percebe-se que a organização comunitária é um espaço que permite não somente o reencontro consigo mesmo, mas também ajuda a refazer as relações e criar novos laços. Um projeto novo de vida, idealizado e construído no dia a dia em comunidade, renova os padrões de comportamento e faz germinar atitudes participativas e solidárias: alguém propõe fazer um bolo para comemorar o aniversário de outro; levar ao hospital alguém que está doente, cuidar de quem está ferido, etc.

Nesse sentido o vínculo é uma estrutura importantíssima da comunidade. O vínculo representa a base para uma reprodução da própria vida, pois os humanos são seres de relação, seja ela em casa, trabalho, vizinhança e na própria rua. Sendo assim, a ausência e/ou fragilidade dessas redes tende a lançar o indivíduo em uma condição social fragilizada e de risco. O vínculo pressupõe uma relação de cumplicidade, uma vez que para haver a vinculação, é necessário que as partes tenham algum interesse pela relação, uma necessidade ou um desejo pela vinculação. É preciso que se sintam seguros e encorajados às mudanças às quais se pretendem. O estabelecimento de vínculos auxilia na promoção da segurança emocional e se baseia na referenciação entre as pessoas. Através do vínculo criamos uma relação de confiança, onde se destaca a valorização da pessoa e o reconhecimento de suas potencialidades.

8 - *Educação e Mudança*. Paulo Freire. Editora Paz e Terra 12ª Edição

Reconhecer-se pessoalmente, experimentar e viver a pertença a um grupo, sentir-se acolhido, fortalece a caminhada e o enfrentamento das dificuldades. O fato de ter uma identidade coletiva confere às pessoas envolvidas na comunidade um lugar social e um novo reconhecimento.

A comunidade propicia o diálogo entre todos os participantes. Nas reuniões e assembleias emergem as necessidades coletivas e surge o desejo da luta e da conquista. As discussões travadas propiciam o respeito pelo outro, o conhecimento mútuo e fazem aumentar a confiança comunitária. O grupo se fortalece e torna-se possível a luta e a conquista dos direitos. A comunidade viabiliza socializar os sonhos e utopias de cada um; começar a fazer planos, buscar alternativas, traçar metas e estratégias de ação.

O povo da rua tem experiência de referência, com o entorno e, sobretudo, entre si, que garantem a sobrevivência nas ruas. Cabe à comunidade reconhecer e estimular o fortalecimento e ampliação desses vínculos, além da criação de outros que se consolidem a partir da comunidade. Enfim, a comunidade, que tem o vínculo como alicerce, fortalece pela celebração da Palavra e da Vida, pela comemoração, pela festa, pelo convívio fraterno. A criação do vínculo vai além da referência que se estabelece entre o povo a rua e o agente de pastoral: A referência está para o coleguismo, da mesma forma que o vínculo está para amizade. Pressupõe uma interação maior e com laços mais estreitos. O vínculo que se cria na comunidade é transformador, vai além da referência que o povo da rua faz com as pessoas do entorno onde ficam. E é esse vínculo comunitário que fortalece a identidade do grupo, que faz com que a comunidade tenha um sentido de existir e que seja muito mais do que um grupo de pessoas que se reúne periodicamente.

A – A comunidade e a transformação

A organização comunitária permite aos participantes mobilizar-se e enfrentar juntos os desafios que se impõem. Aos poucos superam também o estigma do preconceito social do qual são vítimas. Nesta caminhada assumem a luta por seus direitos cidadãos.

A mobilização que a comunidade promove aponta para a formação de um movimento que subverta as relações assistencialistas e que reconheça o povo da rua como novo ator social. Ela possibilita a participação efetiva do povo da rua em espaços de discussão, de participação e de controle social e a incidência na elaboração, implementação e monitoramento de políticas públicas.

Muitos avanços percebidos hoje na história de luta da população em situação de rua, sobretudo o seu processo de organização, teve a gênese nas comunidades. É na comunidade que são gestadas as lutas por moradia, saúde, educação e todas as outras que contribuem para a efetiva mudança social que se deseja.

B – Pressupostos metodológicos da comunidade

A comunidade deve ser criada a partir de proposta pedagógica processual e holística. Não se pode fragmentar a pessoa, discutindo separadamente seus interesses, desejos e sonhos. É preciso reconhecer a pessoa em situação de rua no seu todo, estabelecendo uma dinâmica integrativa e processual que respeita a caminhada individual e do grupo. Passo a passo vão se implementando os projetos que se constroem gradativamente.

Novos instrumentos pedagógicos, tais como rodas de conversa, grupos operativos, passeios, jogos educativos e dinâmicas precisam ser criados e recriados dia a dia, conforme as exigências do momento. Se a pedagogia é um fazer, os caminhos são construídos e percorridos nesse fazer cotidiano permanente. Assim a comunidade estará sempre abrindo novos caminhos, dinâmicos, inéditos e que não se repetem.

Outro ponto importante é a atenção à corporeidade. O povo da rua tem seu corpo marcado e machucado pela história de vida nas ruas. A vivência na rua deixa cicatrizes e estigmas. O contato e o toque corporal, a acolhida e a escuta ajudam no reconhecimento e na reconstrução da pessoa.

Pistas para a ação

- Ter uma referência de local, criar um espaço específico e que todos cuidem dele;
- Valorizar e estimular a contribuição de cada um: na limpeza e organização, colaborando financeiramente ou no preparo do lanche. Tudo que é feito na comunidade deve ser resultado do esforço coletivo, com a ajuda de cada pessoa, por menor que possa parecer a princípio;
- Ter transparência nas contas e em todos os processos referentes ao grupo;
- Estimular, reconhecer e valorizar o cuidado entre membros: visitar doentes e presos; escuta de todos. O vínculo principal se dá entre as pessoas em situação de rua, os agentes são facilitadores desse processo;
- São pressupostos fundamentais: Despojamento, empatia, abertura para o diferente, ausência de moralismo, respeito, perseverança, capacidade de compreender sem julgar.

2 - Fortalecer a organização e participação dos catadores e da população em situação de rua em vista à transformação social

A população de rua constitui um grupo social e não apenas um conjunto de indivíduos. Os determinantes de sua existência estão ligados a processos complexos relacionados ao modelo urbano

de desenvolvimento econômico e social, produtor de desigualdades. Este grupo social é excluído do acesso a direitos sociais relativos às suas necessidades de habitação, saúde, trabalho, educação. São invisíveis socialmente. E, quando há, a forma como a sociedade e o Estado atuam junto a este grupo, em geral, se restringe a soluções paliativas e assistencialistas, que respondem apenas às necessidades imediatas.

A perspectiva de “fortalecer a organização e participação” parte do princípio que estas pessoas são cidadãs, portadoras de direitos, que necessitam conquistá-los por meio da organização coletiva, assumindo o papel de protagonista neste processo. Para isto é necessário criar condições para que possam discutir e refletir sobre sua realidade, sobre as razões mais amplas que os colocaram nesta situação e sobre a sua condição de cidadãos.

A história das conquistas que foram alcançadas pelas populações mais vulneráveis nos ensinam o quanto é necessário a luta organizada para que os direitos se efetivem. Mesmo o que está garantido pela legislação, se não há incidência da sociedade civil organizada, não é colocado em prática pelo Estado. Com o povo da rua não é diferente. Os poucos avanços conquistados são resultado do processo de organização e articulação que a Pastoral vem construindo junto com o povo e parceiros desde o início de sua atuação.

A – Desenvolver uma reflexão crítica e fortalecer princípios éticos

É essa diretriz que busca consolidar o protagonismo e a autonomia das pessoas que a Pastoral atinge através de sua ação. Para tanto, faz-se necessário proporcionar a cada pessoa vivenciar um processo de se debruçar sobre sua história e o mundo, buscando amplo conhecimento da realidade do indivíduo, do grupo, da sociedade e da conjuntura. Nas palavras de Paulo Freire: *“Quando o homem compreende sua realidade pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio; seu eu e de suas circunstâncias.”*⁹. Esse processo pode ser doloroso em virtude do contexto de rompimentos e violações de direitos no qual o povo da rua está inserido. Esse debruçar sobre a própria realidade deve ser respaldado pelo vínculo comunitário e a partir da postura acolhedora e sem moralismos por parte do agente, apontando sempre para a construção do novo caminho a partir da reconstrução da história pessoal e coletiva.

Um aspecto importante é o de desenvolver um processo pedagógico que envolva a participação ativa destas pessoas nos espaços de convivência, como um exercício de expressão e organização para que, em momentos posteriores, possam participar de processos mais amplos de organização coletiva de luta por seus direitos sociais.

9 - Educação e Mudança. Paulo Freire. Editora Paz e Terra 12ª Edição

O estímulo para que os grupos tenham princípios organizacionais participativos e efetivamente democráticos é fundamental. É papel do agente de pastoral instigar que nos grupos, associações e cooperativas esses princípios sejam uma realidade. Nesse sentido é preciso estimular a divisão de tarefas com justiça e equidade, propor processos de decisão democráticos e bem refletidos e equipes de coordenação colegiadas, que promovam a escuta de todos os membros.

B – O processo de organização no cotidiano da Ação Pastoral

É essencial ir além das demandas individuais que cada um nos traz. Quando uma pessoa em situação de rua apresenta a demanda por alimentação, por exemplo, além de resolver o problema imediato da fome, é preciso problematizar com ela e com o grupo o caminho que se precisa percorrer para garantir o acesso continuado a esse direito constitucional. É nessa reflexão cotidiana sobre cada uma das necessidades que se consolida o processo pedagógico de organização e luta por direitos. Ter demandas claras e construir bandeiras de luta são fundamentais. Nem sempre é possível saber qual caminho se irá percorrer, todavia o fundamental é saber onde se quer chegar, e, durante a caminhada, ir construindo o caminho.

Para Paulo Freire a visão da educação popular deve ser voltada para a construção de sujeitos sociais e políticos, comprometidos com o processo de transformação estrutural da sociedade. É o desafio constantemente posto para Ação Pastoral: ajudar o povo da rua a se tornarem sujeitos sociais. A proposta de Freire é revolucionária, exige uma nova concepção de ser humano, dá novo significado ao conhecimento, questiona estruturas sociais, políticas, culturais e econômicas estabelecidas além de colocar os pobres como protagonistas da transformação social. Essa perspectiva traz o ser humano como elemento central da luta, um contraponto desafiador para a concepção capitalista do lucro acima de tudo.

O processo de organização popular não é, definitivamente, algo linear. E entre as idas e vindas, altos e baixos desse processo pedagógico é fundamental que se tenha o sonho de mudança da realidade de exclusão vivida pelo povo. Segundo Paulo Freire: *“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”*¹⁰. É de fundamental importância que os agentes estejam profundamente imbuídos da crença na possibilidade de mudança da realidade a partir do protagonismo do povo. Sem essa convicção os desafios do dia a dia consomem completamente a equipe e nos perdemos em ações imediatistas, que não promovem a organização.

10 - Paulo Freire. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Editora Paz e Terra. 1997



O modelo econômico vigente, e a dureza das lutas não devem, em hipótese alguma, suplantar a utopia de uma sociedade igualitária. É ela quem vai dar a sustentabilidade para a organização popular. A crença de que é possível construir uma sociedade diferente é combustível fundamental para a Ação Pastoral. Para Leonardo Boff: *“Por sua natureza, as utopias nunca vão se realizar totalmente. Mas elas nos mantêm no caminho. São como as estrelas. Nunca as alcançaremos. Mas elas encantam a noite e orientam os navegantes”*¹¹. E, nas palavras de Pedro Casaldáliga, a luta popular são como estrelas: *“Em meio a essa noite neoliberal estão botando muitas estrelas de criatividade alternativa no mundo inteiro. Como réplica de vida a um sistema de morte, que não pode ser o destino da humanidade.”*¹²

A perspectiva da organização dentro das diretrizes da Pastoral tem como finalidade a criação e apoio de movimentos sociais dos catadores de material reciclável e da população de rua. Todavia não se restringe a esse aspecto, é preciso que a ação incorpore as pessoas que ainda não estão organizadas. Além disso, todo aspecto político da ação é mais amplo do que o apoio aos movimentos, embora este seja bastante significativo e importante.

A partir da organização social é possível a participação qualificada e bem fundamentada do povo da rua nos espaços de controle social. A ação da Pastoral deve garantir ao povo o acesso a associações, cooperativas, fóruns, conselhos e comitês. Além disso, o trabalho realizado cotidianamente deve ter como horizonte a participação efetiva da população de rua nos espaços onde se dá o controle social, contribuindo na elaboração e implantação de políticas públicas, conforme trataremos na próxima diretriz.

Pistas para a ação

- É importante planejar, construir com o povo propostas de ações a partir das demandas deles;
- Estar atento à constante ameaça da cooptação dos grupos nos espaços de participação popular;
- Garantir constante capacitação e formação;
- Proporcionar ao grupo constante avaliação dos passos dados e quais ainda são necessários dar;
- Estar atento à conjuntura. Analisar o contexto político, econômico e social que nos cerca;
- Afirmar princípios éticos, transparência e respeito mútuo nos grupos.

11 - Leonardo Boff. *Homem: Satã ou anjo bom?* Editora Record. 2008. P185.

12 - Pedro Casaldáliga. *Cartas Marcadas.* Editora Paulus. 20005 p222.



3 - Contribuir para elaboração e implementação de políticas públicas e exercer o controle social



FOTO: ACERVO DA PASTORAL DO POVO DA RUA

As políticas públicas tem o papel de combater o abismo que existe entre os que vivem cercados de privilégios e aqueles que nada acessam. É bem sabido que esse abismo é próprio do modelo econômico vigente, que gera pobreza e desigualdades sociais. Nesse sentido, o capitalismo também é responsável pela intensificação e aumento do fenômeno população em situação de rua nas cidades.

As políticas públicas são elementos que visam diminuir esse abismo. Todavia é importante ter presente que elas não mudam o sistema que o gera. As políticas públicas oferecem instrumentos para que os pobres tenham mínimo acesso aos bens e serviços produzidos socialmente. Noutras palavras, elas dão algumas respostas para as inúmeras demandas do povo.

Para conquistar políticas públicas não meramente provisórias, mas estruturantes, que incidam e criem raízes na política social, é fundamental a incidência em espaços de controle social. Essa diretriz da Pastoral se efetiva através da participação popular, com o povo da rua organizado e com vivência comunitária. Assim como nas outras diretrizes, para incidência da PPR e do povo da rua na elaboração de políticas públicas é preciso capacitação constante. Para que essa participação promova a transformação social que se espera é preciso que se tenha postura crítica, com total atenção aos contextos políticos, sociais, eclesiais tanto locais quanto mundiais.

A – O Papel da Pastoral

A mudança efetiva das condições de vida da população em situação de rua depende da criação e implementação de políticas públicas que devem ser garantidas pelo Estado. Neste processo, a Pastoral,

em função de seu acúmulo no trabalho com esta população, tem um papel relevante tanto na elaboração das políticas como no seu controle e monitoramento. Nesse processo a Pastoral também é protagonista. Ela não só estimula e potencializa a participação do povo da rua em espaços decisórios, como também participa. E, no sentido de garantir uma incidência qualificada, é fundamental a formação constante dos agentes, a ampliação do debate com parceiros e a busca pela produção do conhecimento. Cabe dizer que não se trata de substituir o povo da rua, mas de atuar conjuntamente, facilitando o encaminhamento de suas demandas e apoiando na interlocução com o Estado.

A postura da Pastoral nesse debate sobre políticas públicas busca sempre a responsabilização do poder público nas questões relativas ao povo da rua. Cabe a ele dar respostas para as demandas de saúde, educação, moradia, trabalho, segurança pública, em síntese, para todas as carências existentes. A Pastoral pode e deve ter iniciativas nesses setores, visando, sobretudo alavancar a discussão com o poder público.

B - Desafios na participação na implementação da política

É preciso ter presente que o efetivo controle social não se restringe ao mero monitoramento de políticas elaboradas pelos governos. Além dele, faz-se necessário garantir a incidência na elaboração e implementação das políticas estruturantes. Só assim é possível que elas sejam realmente inclusivas e promovam a mudança social que se busca.

As políticas públicas devem ser efetivamente inclusivas, tendo em vista os princípios de universalidade e de equidade, garantia de financiamento e regulamentação em lei. Não podem, em hipótese alguma, promover a segregação e a guetificação do povo. Nesse sentido, devemos optar sempre por garantir políticas amplas, não focalizadas, que se integrem e dialoguem entre si, evitando a fragmentação, superposição e ineficácia.

Esse processo de participação precisa ser completamente apartidário, com visão crítica e com foco na mudança de realidade da população de rua e catadores, visando a garantia e efetivação de direitos. A cooptação também é uma ameaça constante nos espaços de construção de políticas públicas. E é diante dessa ameaça, sobretudo, que se faz necessário manter uma postura crítica diante dos governos, reconhecer as ações positivas, denunciar o que não é benéfico para o povo.

Das diretrizes da Pastoral talvez seja essa a mais árida, que exige uma articulação, muitas vezes tensa e trabalhosa com setores públicos. Todavia é um importante veículo de transformação social. A política pública é o legítimo e eficiente instrumento dessa transformação.

Para a participação qualificada é necessário garantir capacitações constantes, oxigenar ideias, ampliar o debate, constituir redes afins, verticalizar os temas e produzir conhecimento. Também é

fundamental conhecer as legislações pertinentes e as principais demandas do povo da rua e catadores. Além da capacitação, esse processo se dá na prática, a partir da realidade da população de rua e catadores.

Pistas para a ação

- Não se deve temer a constituição de parcerias com o poder público, mas é fundamental não se deixar cooptar;
- O que se busca é uma incidência política que não deixa de lado os princípios. É uma inserção ética, que não aceita corrupção;
- Além de participar de conferências e conselhos pautando o tema população em situação de rua, também é importante a constituição de fóruns e comitês com esse tema.
- Cabe à Pastoral promover seminários e cursos buscando assessorias capacitadas.



FOTO: ACERVO DA PASTORAL DO POVO DA RUA

4 - Articular e sensibilizar a sociedade e a Igreja para a garantia dos direitos do povo da rua

Essa diretriz propõe aos agentes de pastoral um ferrenho e cotidiano combate para romper o abismo entre pobres e ricos que o capitalismo acentua cada vez mais. A construção de uma sociedade mais justa, com cidades mais acolhedoras para todas as pessoas pressupõe uma mudança no imaginário social com relação ao povo da rua. O preconceito existente com relação à PSR está vinculado ao fato de se considerar que só é importante quem tem amplo poder de consumo. É preciso trabalhar para reverter essa lógica.

A – Mobilização

Essa diretriz pressupõe uma efetiva mobilização social que vai além do mero repasse de informação. O objetivo da mobilização é a mudança de comportamento, o que representa a construção de novas concepções, posturas e, em última instância, o próprio repensar o modelo civilizatório.

Para que exista uma mudança real na vida do povo da rua não bastam políticas públicas, mas

é importante que ocorram mudanças na percepção desta população pelo conjunto da sociedade e também pela Igreja. A Pastoral tem um papel importante no sentido de dar visibilidade e sensibilizar diferentes segmentos sociais sobre esta problemática, bem como participar de articulações que atuem neste sentido.

Mobilizar na Ação Pastoral é parte de sua dimensão profética, de anúncio e denúncia. Faz parte desse processo a promoção de visibilidade positiva acerca do povo e denunciar as violências e ações que ferem os direitos.

Buscando ser anúncio, realizam-se eventos, celebrações, festas com a participação do povo da rua, com o uso do lúdico e da arte, que promovam essa visão positiva. Além disso, destaca-se a importância das celebrações do tempo litúrgico, tais como semana santa e natal. Celebrar as vitórias e conquistas, mostrando para a sociedade os passos que o povo da rua vai dando ajuda a construir um imaginário social positivo sobre a ação pastoral e combater o preconceito contra o povo.

Além disso, busca-se denunciar sempre as situações de injustiça, miséria e violação de direitos que o povo da rua vive. Também faz parte da ação pastoral explicitar para a sociedade essa realidade através de audiências públicas, manifestações, inserção nos meios de comunicação.

B – Articulação

A população em situação de rua sofre discriminação e violência por diferentes segmentos sociais. Mesmo na Igreja encontram-se paróquias e (arqui)dioceses com visão muito preconceituosa ou higienista com relação à PSR e aos CMR. Nesse sentido, é preciso articular parcerias com setores da sociedade. Trazer parceiros para o debate fortalece a luta.

Criar redes de parceiros e apoiadores é um caminho a ser trilhado pelas equipes no desenvolvimento da ação. O constante diálogo com entidades e as outras pastorais é fundamental para respaldar o trabalho desenvolvido e visibilidade ao fenômeno da população em situação de rua. Essa articulação com parceiros deve ser encampada tanto para ações específicas quanto para questões mais amplas, como, por exemplo, aquelas ligadas ao contexto urbano no qual a PPR atua.

Um alerta que se faz é que esse processo de atuação em rede é fundamental, todavia é preciso estar atento à identidade da Pastoral. Manter a fidelidade aos Princípios e Diretrizes e assegurar o desenvolvimento da metodologia. Essa postura nos fortalece e nos unifica enquanto Pastoral, o que nos dá identidade como pastoral urbana a serviço da vida da população em situação de rua e catadores.

C - Produção de conhecimento

Elemento fundamental dessa diretriz é capacitar e estimular o povo da rua para que ele fale de sua

história, demandas e vitórias. Isso já se justifica pela importância do protagonismo, pois a fala do povo é rica em propriedade, traz a essência de suas realidades. A força de sua profecia nos motiva para a ação. A Pastoral se coloca como parceira e ajuda a criar oportunidades para que as pessoas em situação de rua e catadores tenham voz nos mais variados espaços.

Para tanto é importante a realização de oficinas, rodas de conversa e outras atividades em que se exercite isso. As capacitações que ajudem a dar estofo e argumento à fala também são fundamentais. Quando realizadas na rua elas tem dupla função, se por um lado preparam o povo, por outro, chamam a atenção de quem por ali passa de uma forma positiva, contribuindo para melhoria da relação com o entorno. Os/as agentes também devem participar de capacitações nesse sentido. Retomando a perspectiva freiriana: todos se educam juntos e para ajudar ao povo o/a agente precisa estar atento à conjuntura.

O tema população em situação de rua ainda é pouco discutido na sociedade e esse desconhecimento é um dos fatores que motiva preconceito e violência. Cabe à Pastoral encampar a discussão sobre o povo da rua nos mais diferentes setores da sociedade, buscando a construção de um novo olhar sobre essa realidade. Outro elemento importante é a contínua promoção do debate, de forma aprofundada, através de eventos públicos, manifestações, passeatas, audiências públicas, seminários, etc. Também é importante a produção e publicação de cartilhas, folhetos, textos e livros que tratem do tema. É valiosa a busca de assessorias para nos ajudar na reflexão. A Pastoral deve contar sempre com pessoas estratégicas que, por se dedicarem ao estudo e atuação em temas específicos, podem trazer elementos novos que ajudem a refletir sobre a ação pastoral e contribuir nesse processo de produção de conhecimento.

Pistas para a ação

- Realizar seminários que discutam o tema, com ampla participação do poder público e da Igreja, sem esquecer da participação popular, são importantes nesse processo;
- Pautar questões relacionadas ao povo da rua na mídia e em espaços de discussão e de decisão contribui para mudança do imaginário social;
- Combater campanhas que não atingem as causas, mas só os efeitos, do tipo “não dê esmola”;
- Dar visibilidade às manifestações de solidariedade, resistência, alegria e poesia na trajetória de rua também são importantes. Nossa Missão, para além da denúncia, também é anúncio.

5 - Fortalecer a organicidade, identidade e a comunicação social da pastoral



FOTO: ACERVO DA PASTORAL DO POVO DA RUA

Para uma atuação consequente e eficaz é necessário que a Pastoral se fortaleça internamente mantendo sua unidade de ação a nível nacional, ainda que respeitando a diversidade, em função das especificidades locais. Para sua efetivação é necessário criar uma estrutura que possibilite formar agentes, fornecer informações, estabelecer metas e indicadores e garantir a comunicação e troca de experiências.

A - Organicidade

Promover momentos de encontros, formação, convivência e troca de experiências entre as pessoas que atuam na Pastoral ajuda a construir o espírito de equipe que fortalece a Ação Pastoral. Também é importante realizar assembleias que reúnam além de todos os/as agentes, parceiros, amigos e apoiadores para pensar a prática. Essas ações ampliam o reconhecimento do trabalho da Pastoral por parte dos parceiros e na Igreja.

Manter vínculo com a Igreja local e com a Pastoral Nacional do Povo da Rua proporciona um canal aberto para discussões sobre o povo da rua e dá respaldo para as ações realizadas pelas equipes locais. A Ação Pastoral representa a ação da Igreja junto ao povo da rua e nesse sentido essa sintonia potencializa as ações e unifica a missão.

A estruturação da Pastoral passa pela constituição de um espaço de referência. Ter um local que possa ser usado como sede contribui para o fortalecimento da identidade e traz centralidade tanto para os/as agentes quanto para o povo da rua. E para se garantir a funcionalidade desse espaço é preciso pensar em uma infraestrutura (telefone, internet, etc). Além disso, ter uma pessoa (ou colegiada) que seja referência de coordenação e/ou de animação da equipe ajuda a garantir a organicidade. A constituição de parcerias ajudam a consolidar a estruturação da Pastoral.

B - Identidade e Comunicação Social

A vivência da espiritualidade é essência da ação pastoral. É parte da identidade pastoral um jeito específico de celebrar a vida entre os/as agentes e com o povo da rua. Acolher as dores e as vitórias, rezar, partilhar, cantar e manifestar nas ruas e praças é marca da mística da Pastoral.

A expressão de nossa mística deverá ser aberta, sem medo à ação do Espírito Santo, que encoraja e dá sentido à tarefa pastoral e nos compromete na construção de um mundo novo conforme exortação do Papa Francisco.

A metodologia que a Pastoral desenvolve é marca fundamental de sua identidade. O estímulo ao protagonismo e à organização social, a criação de vínculos a partir de uma escuta ativa e a luta por políticas públicas e pela construção de um mundo mais justo, que promova a paz e a igualdade, são marcas indelévels que a Pastoral imprime em sua ação. Nesse sentido, é fundamental refletir constantemente sobre a ação a luz dos princípios e diretrizes da Pastoral que poderão ser bússolas que nos orientam. O Espírito de Jesus age e ilumina, dá concretude e dinamismo sempre!

A comunicação social também é uma ferramenta importante na ação. É necessário investir na comunicação nas suas diferentes linguagens e modalidades incidindo seja na academia, igrejas e sociedade em geral. Tirar da invisibilidade estes grupos populacionais e colocá-los no coração da vida e das cidades poderá ajudar a diminuir a invisibilidade a que estão submetidos e facilitará muitas vezes o contato e o estabelecimento de novas relações, pessoais e coletivas.

Preparar materiais de divulgação da ação, tais como folders e cartilhas que falem da realidade do povo e da nossa ação são estratégias que devem ser usadas sempre. A elaboração de textos e artigos também deve ser uma prática constante, pois ajudam no debate e aprofundamento de conceitos e conteúdos, atualizando a ação.

Pistas para a ação

- É fundamental planejar, avaliar e sistematizar as ações. A participação de todos/as agentes nesse processo precisa ser garantida;
- Também aqui é importante a constante capacitação de agentes;
- Estar atento à metodologia específica, pautada nos princípios e diretrizes;
- Criar blogs, perfis e páginas em redes sociais para divulgar a realidade do povo e o trabalho desenvolvido;
- Usar mídias, sobretudo alternativas, dar visibilidade às ações desenvolvidas.
- Divulgar, anunciar e denunciar violações de direitos, ações e desafios.



FOTO: ACERVO DA PASTORAL DO POVO DA RUA E DA REDE RUA



Nesse esforço de ampliar e consolidar a Ação Pastoral através dos Princípios e Diretrizes que pretendem ser instrumentos que ajudem no comprometimento da missão e na vivência do Evangelho junto ao povo da rua. Esperamos também que eles contribuam com o desenvolvimento da Ação Pastoral e na luta por cidades mais justas. Como afirmou o Papa Francisco no encontro com movimentos sociais: “Terra, teto e trabalho – isso pelo qual vocês lutam – são direitos sagrados. Reivindicar isso não é nada raro, é a doutrina social da Igreja.”, por isso, unidos caminhemos, porque “O que vale na vida é a caminhada”. E o caminho se faz ao andar!

